

29 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Servidores do Judiciário também param e denunciam 'pressão'

Rafael Fantin

Reportagem Local

Londrina – Servidores da Justiça aprovaram na noite da última segunda-feira paralisação de três dias no Estado do Paraná em assembleia realizada em Curitiba. De acordo com o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindijus), apenas 30% das atividades essenciais serão mantidas para atendimento, principalmente, de réus presos e casos envolvendo crianças e adolescentes.

Segundo a diretora executiva do Sindijus, Andrea Ferreira, servidores reclamaram que foram “pressionados” pelas chefias e por magistrados a continuarem com o atendimento normal em comarcas da capital e no interior do Estado durante o primeiro dia de paralisação. “Houve pressão de juízes e chefes de setores pela manutenção do atendimento, o que prejudica a adesão dos servidores ao movimento aprovado pela categoria. Outros magistrados respeitam a posição dos servidores e apoiam a paralisação”, afirmou.

A diretora informou que a interrupção do atendimento foi aprovada por causa do projeto de lei com alterações previstas na Parana Previdência. Sem atividades durante a

semana, o sindicato espera a adesão dos servidores da Justiça nos protestos do funcionalismo em frente à Assembleia Legislativa, onde tramita o projeto que autoriza a transferência de recursos do fundo previdenciário para o Tesouro do Estado.

Além disso, o Sindijus também defende a discussão da data-base unificada dos servidores com reajustes salariais previstos a partir do dia 1º de maio. “As perspectivas do Governo do Estado é de parcelamento ou de pagamento abaixo do esperado. Defendemos o reajuste e pagamento para todas as categorias do funcionalismo”, acrescentou Andrea.

LONDRINA

Em Londrina, o diretor do Sindijus, João Ricardo Bento, informou que a mobilização dos servidores começa no início da tarde de hoje com um ato público em frente ao Fórum. “Vamos realizar panfletagem para esclarecer a população sobre a paralisação no atendimento e conscientizar os servidores da necessidade em defender o Parana Previdência em benefício de toda a categoria de maneira apartidária”, comentou.

Questionado sobre a suposta “pressão” sofrida por servidores participantes do movi-

mento no Paraná, ele respondeu que o atendimento foi realizado normalmente em Londrina no primeiro dia de paralisação, mas ressaltou que a decisão da categoria precisa ser respeitada durante a suspensão dos serviços e protestos até quinta-feira.

A FOLHA procurou o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) para comentar a denúncia de suposta coação de servidores para continuidade no atendimento durante as manifestações da categoria e paralisações. A assessoria de imprensa respondeu que a ouvidoria do órgão não havia recebido nenhuma reclamação até o final da tarde de ontem.

29 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

AL espera concluir hoje votação da Parana Previdência

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba— Em meio a protestos, discussões acaloradas e liminares na Justiça para que a sessão possa ser acompanhada pelos manifestantes, o polêmico projeto que prevê mudanças na Parana Previdência retorna ao plenário da Assembleia Legislativa (AL) e pode ser votado em redação final ainda hoje. Pelo menos este é o objetivo da base aliada que inclusive conseguiu aprovar na sessão de ontem a realização de uma extraordinária para esta quarta.

Ao retornar da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para segunda discussão no plenário, os aliados de Beto pretendem, com a sessão extraordinária, conseguir votar o projeto em terceira discussão e, conseqüentemente, a redação final do texto. A diferença é que desta vez os professores vão acompanhar a sessão após terem sido beneficiados por uma liminar concedida ontem pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

“Defiro liminarmente e preventivamente, a suspensão de qualquer eventual proibição da Alep, que impeça a entrada dos pacientes nas galerias do plenário durante a votação do projeto de Lei nº 252/2015, ressalvada a capacidade máxima de público comportada pelas ga-

lerias” diz trecho da decisão do juiz substituto Márcio José Tokars. A mesa diretora da AL recorreu da decisão, mas até o fechamento desta edição ainda não havia obtido uma resposta.

“Recorremos porque temos antecedentes que nos levam a crer que qualquer iniciativa dessa natureza, abrindo essa possibilidade, fica muito difícil de conter o público e os invasores. Tenho confiança de esta liminar será derrubada”, disse Ademar Traiano (PSDB), presidente da Casa.

Questionado sobre os confrontos de ontem e de como a proibição de entrada da AL poderia ter contribuído para a confusão, o deputado ressaltou que “está assegurado pela decisão da Justiça”. “Não sou eu que estou determinando qualquer manutenção da ordem. É a Justiça que determinou à Secretaria de Segurança e ela está cumprindo uma decisão judicial. Acho que toda e qualquer forma de desrespeito à decisão de Justiça, as providências devem ser tomadas”, concluiu.

‘RETROCESSO TOTAL’

Em crítica aos confrontos que ocorreram ontem em frente à AL, o deputado Professor Lemos (PT) afirmou que a situação é inaceitável num regime democrático. Ele ressalta que não se recorda de ter visto tal aparato de

segurança para impedir que as pessoas acompanhassem uma votação. “Nunca tivemos as portas e os portões fechados para o povo. É a primeira vez que acompanho isto no Paraná. Então, é algo fora do comum, é um regime de exceção essa determinação de proibir os cidadãos de acessarem a AL e também de atacar os professores”, ressaltou.

O discurso do deputado é reforçado pela presidente da APP-Sindicato, Marlei Fernandes. Segundo ela, um grande ato pela democracia está marcado para hoje, em frente à AL, com a participação de movimentos sociais, pais e mães de alunos da rede estadual, além de representantes de entidades religiosas. “Desde 2001, quando lutamos nesta praça contra a privatização da Copel que é um bem comum da sociedade paranaense e, desde o dia 30 de agosto de 1988, ou seja, há 27 anos, que nós não vivemos uma arbitrariedade destas, uma violência tamanha, um processo de um governo totalitário”, afirmou.

“Para uma sociedade que já evoluiu bastante desde a década de 80, é um retrocesso total, inadmissível, totalitarista do governador do Estado. É deprimente, mas a gente não pode se deprimir. tem que fortalecer o nosso espírito de luta”, completou Marlei.

29 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Prisão decretada

A juíza da 3ª Vara Criminal, Deborah Penna, decretou a prisão da auditora da Receita Estadual de Londrina, Ana Paula Pelizari Marques Lima, mulher do auditor Márcio Albuquerque de Lima, apontado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) como o líder da organização criminosa que agia no órgão, cobrando propina de empresários para deixar de fiscalizar o recolhimento de ICMS. Lima já teve a prisão decretada em 20 de março, mas está foragido.

Sumiu

Ana Paula, por sua vez, pediu licença logo depois, e não foi mais vista na cidade. A decisão da juíza foi tomada ao receber a denúncia formulada pelo Ministério Público envolvendo 62 pessoas, que agora passam a ser réus no caso desvendado pela operação Publicano. Um dos motivos do MP para pedir a prisão de Ana Paula é o fato de ter supostamente ocultado "objetos e documentos que pudessem vir a prejudicar e também a comprometer os demais integrantes da organização criminosa", além de joias e objetos de valor. A juíza não acatou os pedidos de prisão feitos contra os auditores Amadeu Serapião e Ademir Andrade. A reportagem não teve acesso à decisão da juíza. Entre os 62 réus, estão 15 auditores fiscais. Dez estão presos e três foragidos, incluindo Lima e Miguel Arcanjo.

29 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Obstrução

Ontem já houve um ato legítimo de obstrução parlamentar: o pedido de vista do deputado Péricles de Mello, do PT, no andamento da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e que transfere o exame para hoje. A liminar (óbvia) do TJ pelo acesso popular às galerias pode ensejar a declaração de nulidade dos atos de anteontem, na primeira discussão, que deu 31 a 21 a favor do governo, feitos em sessão fechada a qual o público não teve acesso pela interpretação extensiva do presidente Ademar Traiano em torno da liminar judicial.

Também a figura do "vândalo" adotada por ele lembra em tudo a forma como no pós-1964 eram tratados os "subversivos", algo fora de moda, genérico demais para desqualificar qualquer crítico ou opositor.

Sanções

O forte na Justiça e na administração é o poder de sanção, mas aí todos os poderes, ao aplicá-lo, são displicentes: raramente se vê um governante ou o patrão cortar os dias parados de grevistas e também muito difícil as "multas" aplicadas aos sindicatos serem efetivadas.

Graças às multas é que FHC salvou o Plano Real ameaçado por uma greve de petroleiros: as sanções eram de tal monta que quebrariam a espinha dorsal da Federação e sindicatos de trabalhadores. Mas isso é raro acontecer como se viu aqui nas abusivas greves de motoristas e cobradores.

Usá-la como mera intimidação pega mal e é malícia demais para admiti-la como manobra jurídica aceitável.

29 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

O que é isto, meu Paraná?

O dia 28 de abril de 2015 vai ficar marcado na história do Paraná por um episódio vergonhoso. Dia em que os principais jornais do Estado registraram as mais vergonhas imagens da incoerência do governador Beto Richa e da Assembleia Legislativa. Uma foto ontem na Folha de Londrina estampa com impressionante fidelidade essa triste realidade em frente à Assembleia Legislativa: de um lado, cerca de 1,5 mil “vândalos” (segundo o deputado Ademar Traiano) professores; do outro, 1,2 mil ex-alunos e hoje policiais armados com cassetetes, em obediência aos ex-alunos, governador Beto Richa e o presidente da AL, Ademar Traiano. E, pior de tudo, com respaldo do também ex-aluno, o desembargador Dr. Luiz Mateus de Lima que determinou a volta dos professores ao trabalho. Entre professores e policiais, uma grade e um espaço vazio, um hiato... Por coincidência, bem no centro da foto, uma placa de trânsito: pare. Um pouco abaixo e à direita, uma professora com lenço lilás no pescoço, olhando para o fotógrafo, com o braço estendido, quase a dizer: “O que é isto, meu Paraná?”. O governador precisa honrar sua palavra, reconhecer seus erros e, sobretudo, readquirir a confiança do povo paranaense. O Paraná foi transformado no terceiro estado mais caro do Brasil. Não era isso que o eleitorado esperava, mas nem por isso os funcionários públicos, liderados pelos professores, vão aceitar esse assédio à ParanaPrevidência.

JOSÉ LAURINDO PETRI (professor) - Ibiporã

Depredação do patrimônio público

O presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano, ao justificar a “blindagem” do prédio do Legislativo por policiais militares afirmou: “Não podemos permitir que vândalos possam depredar o patrimônio público”. É bom lembrar o nobre parlamentar que os maiores vândalos que depredam o patrimônio público são os próprios deputados parasitas com seus elevados subsídios e mordomias, em detrimento dos poucos salários dos professores. É triste ver que em pleno século 21 ainda existe, o que é pior, aqui no Paraná o “muro de Berlim”!

MASSAKI FUJIMURA (professor aposentado) – Terra Rica

Desrespeito aos professores

Triste e constrangedor para nós cidadãos saber que a primeira atitude do governador Beto Richa (PDSB), após saber do retorno da paralisação dos professores, foi acionar a força policial nos arredores da Assembleia Legislativa. É uma atitude de quem governa com olhar na repressão e na falta de diálogo e, sobretudo, de respeito aos mestres da educação que transmitem educação, saber e cultura a nossas crianças e adolescentes.

CÉLIO BORBA (artista plástico) - Curitiba

O Paraná está falido ou mal gerido?

Durante a campanha eleitoral o governador Beto Richa afirmou, reiteradas vezes, que havia saneado as finanças do Estado do Paraná no seu primeiro mandato e que, na segunda gestão, faria muito mais investimentos. O discurso mudou completamente às vésperas do Natal, quando atrasou uma série de pagamentos: o abono de férias dos servidores, as diárias dos policiais militares e dos bombeiros da "Operação Verão", as rescisões dos professores temporários do regime PSS, as despesas de custeio das universidades estaduais e do fundo rotativo das escolas de ensino básico, e paralisou obras públicas pelo não pagamento às empreiteiras.

Para tirar o Paraná da condição de inadimplência que ele mesmo provocou, o governador Beto Richa aprovou um "pacotão" de medidas fiscais e de alteração na previdência dos servidores. De acordo com levantamento realizado pela Folha de Londrina (2/4) o "tarifaço" que incluiu o aumento das alíquotas do ICMS e do IPVA, mais o impacto na arrecadação do ICMS provocado pelo aumento do preço dos combustíveis e da energia elétrica, devem elevar as receitas do Paraná em mais R\$ 2,6 bilhões este ano.

O governador também adotou outras medidas, como o programa "Nota Fiscal Paranaense" e o "Cadastro Informativo Estadual (CADIN)", que juntos renderão mais R\$ 250 milhões. Soma-se a isso a instituição da cobrança de contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas, que deve acrescentar mais R\$ 200 milhões.

Não satisfeito, o governador quer transferir uma conta de R\$ 142,5 milhões por mês para o Fundo Previdenciário dos servidores públicos estaduais pagar. Se o projeto de lei 252/2015 for aprovado, o custo será de R\$ 1,8 bilhão por ano. O governador alega que o déficit do Fundo Financeiro (que paga as aposentadorias dos servidores mais antigos) é um fardo pesado para o Estado. Este déficit foi provocado pelo próprio governador e seus antecessores (Roberto Requião, Jaime Lerner, Alvaro Dias, José Richa, etc.) que usaram

as contribuições previdenciárias dos servidores e da parte patronal para outros fins que não o pagamento de aposentadorias e pensões. Repetir o mesmo erro só vai aumentar o problema.

Será que o governo precisa mesmo de todo esse dinheiro? Não é o que parece. Analisando as contas do governo, chama atenção o crescimento de 99,11% das chamadas "Outras despesas correntes", bem superiores, por exemplo, ao crescimento nominal de 35,61% (apenas 6,75% descontada a inflação) da despesa com pessoal. Mesmo assim, o resultado global foi bom do ponto de vista financeiro: nos quatro anos do primeiro mandato do governo Beto Richa a receita total líquida cresceu 61,09%, contra 57,40% da despesa geral.

Um dado ainda mais favorável é o nível da dívida consolidada líquida em proporção à receita corrente líquida. Para efeito de comparação, citamos os índices de endividamento dos dez estados de maior PIB: São Paulo, 148%; Rio de Janeiro, 178%; Minas Gerais, 179%; Rio Grande do Sul, 209%; Paraná, 58%; Santa Catarina, 45%; Distrito Federal, 21%; Bahia, 40%; Goiás, 90%; e Pernambuco, 58%. Considerando que a média nacional foi 117% em 31 de dezembro de 2014, e que a resolução nº 40/2001 do Senado Federal limita em 200%, a situação do Paraná é muito boa. Vale ressaltar que a administração Requião/Pessuti terminou 2010 com o índice em 89%, Beto Richa conseguiu reduzir para 49% em abril de 2014, mas fe-

chou dezembro com 58%, resultado da típica elevação de gastos em ano de reeleição.

Se no primeiro mandato do governador Beto Richa as receitas cresceram mais que as despesas e o nível de endividamento do Estado, que não era alto, ficou bem mais baixo, por que tanta inadimplência, aumentos de impostos e ataque à poupança previdenciária dos servidores?

Por má gestão financeira ou por má-fé?

SINIVAL OSORIO PITAGUARI é professor do departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina

66

Por que tanta inadimplência, aumentos de impostos e ataque à poupança previdenciária dos servidores?

29 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

STF manda soltar nove executivos de empreiteiras

Após cinco meses presas no Paraná, suspeitos de corrupção da Petrobras passarão a cumprir pena domiciliar com uso de tornozeleira eletrônica

Márcio Falcão
Folhapress

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem tirar da prisão nove executivos e funcionários de empreiteiras envolvidos no esquema de corrupção de Petrobras. Após mais de cinco meses detidos no Paraná, eles passarão para prisão domiciliar, seguindo imposições como o uso de tornozeleira eletrônica.

A decisão foi tomada após a 2ª Turma do Supremo analisar o pedido de liberdade do executivo da UTC, Ricardo Pessoa, apontado como líder do chamado clube das empreiteiras envolvidas com o esquema de desvio de recursos públicos e pagamentos de propina.

Além de Pessoa, serão beneficiados José Aldemário Pinheiro Filho, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, José Ricardo Nogueira Breghirolli e Mateus Coutinho de Sá Oliveira, todos da OAS. A mudança também valerá para Sérgio Cunha Mendes, diretor da Mendes Júnior, João Ricardo Auler, presidente do

Conselho de Administração da Camargo Corrêa, Gerson de Mello Almada, vice-presidente da Engevix, e Erton Medeiros Fonseca, executivo da Galvão Engenharia.

Todos estavam cumprindo prisão preventiva, que é aplicada antes da condenação para impedir que o acusado fuja do Brasil ou atrapalhe as investigações. Agora, ficarão em prisão domiciliar.

Após a análise do caso de Pessoa, Teori propôs estender o entendimento para outros acusados ligados a grandes empresas.

Eles são acusados pelo Ministério Público Federal de compor cartel de empreiteiras, que, entre outros crimes, superfaturava contratos da Petrobras e pagava propina a diretores da estatal e agentes políticos.

Os executivos favorecidos, porém, deveriam ser liberados na madrugada de hoje. A tornozeleira deverá ser instalada na Justiça Federal no Paraná, que ainda não havia sido comunicada oficialmente da decisão do STF até o início da noite de ontem. É

ela que deve emitir os alvarás de soltura, necessários para a saída da prisão.

Ao deixar o presídio, terão que cumprir condições, entre elas, não manter contato com outros acusados e entregar passaporte.

O réus deverão ainda se manter afastados das empresas em que trabalhavam, não poderão sair de casa sem autorização, terão que se apresentar à Justiça a cada 15 dias e estão proibidos de viajar para fora do país, ingressar nos estabelecimentos das empreiteiras ou manter contato com outros investigados.

O advogado Alberto Toron, que representa Ricardo Pessoa, elogiou a decisão.

“O Supremo resgata uma de suas características mais importantes: o direito de defesa do acusado, que é a expressão maior de uma democracia”, disse.

Ao todo, 25 pessoas, entre empresários, doleiros, operadores e políticos, tiveram prisão preventiva determinada pela Justiça do Paraná.

CONTINUA

29 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Outros dois empresários, Guilherme de Jesus e Dario Galvão, ambos do grupo Galvão, foram presos em março e não irão se beneficiar da prisão domiciliar.

A determinação do Supremo pode ter efeito nos rumos das investigações, uma vez que a Justiça do Paraná só tem liberado os acusados que fecham acordo de delação premiada, passando a colaborar com a investigação em troca de penas mais brandas. O Ministério Público esperava que Pessoa firmasse o acordo.

DIVERGÊNCIA

A maioria dos ministros da turma (3 votos a 2) seguiu entendimento do relator do caso, ministro Teori Zavascki, de que provas de crimes, por mais graves que sejam, não podem justificar a prisão preventiva. Usar provas para embasar a prisão preventiva seria, de acordo com o ministro, antecipar a condenação, sem que o acusado tivesse chance de se defender. Zavascki destacou que esse é um entendimento fixado pelo Supremo. Para manter a prisão, seria necessário apresentar indícios reais de que o réu pode fugir do país ou interferir na investigação, o que não foi feito, na visão do ministro.

Para ele, utilizar a prisão preventiva para tentar forçar a delação premiada representaria uma medida "medieval". O relator foi seguido pelos ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

Os ministros Cármen Lúcia e Celso de Mello divergiram e argumentaram que ainda há chances de interferência na apuração, já que faltam alguns depoimentos, inclusive o do próprio Pessoa, marcado para segunda-feira. "O quase não é o fim. Testemunhas ainda podem ser reinquiridas. Como não existe mulher quase grávida, não existe instrução quase acabada. Quando finalizar a instrução, esse quadro pode mudar", disse a ministra. Celso de Mello reforçou o discurso e destacou o papel de protagonista que o executivo da UTC mantinha no esquema, de acordo com o Ministério Público Federal.

CLUBE DAS EMPREITEIRAS

Confira a relação dos empresários envolvidos no escândalo de desvios de recursos da Petrobras que serão soltos por decisão do Supremo Tribunal Federal*

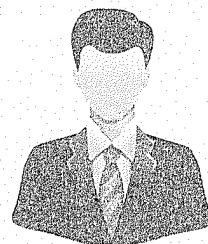
AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS
(diretor-presidente da Área Internacional da OAS)
- estava no CMP

ERTON MEDEIROS FONSECA
(diretor de negócios da Galvão Engenharia)
- estava no CMP

JOÃO RICARDO AULER
(presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa) - estava no CMP

JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO
(presidente da OAS) - estava no CMP

JOSÉ RICARDO NOGUEIRA BREGUIROLI
(funcionário da OAS e contato de Youssef na empreiteira) - estava no CMP



MATEUS COUTINHO DE SÁ OLIVEIRA
(funcionário da OAS e contato de Youssef na empreiteira) - estava no CMP

SÉRGIO CUNHA MENDES
(vice-presidente executivo da Mendes Jr.) - estava no CMP

GERSON DE MELLO ALMADA
(vice-presidente da Engevix) - estava na PF

RICARDO PESSOA
(presidente da UTC) - estava na PF

*todos cumprirão pena em casa e deverão usar tornozeleira eletrônica

TUDO, MENOS DIÁLOGO



PM impediu manifestantes de se aproximar da Assembleia, onde seria votado o rumo da ParanaPrevidência.

Servidores dizem que governo não debateu proposta, mas Richa insiste que é melhor saída

Jadson André
jadsona@tribunadoparana.com.br

A greve dos professores e outros servidores públicos, retomada na segunda-feira, tem como principal motivo a falta de acordo com o governo quanto aos rumos da ParanaPrevidência. Para os grevistas, as mudanças que o governo pretende fazer colocam em risco o sistema de aposentadorias e pensões dos servidores. Classificam como uma manobra para equilibrar os cofres do Estado, com o fundo de previdência, formado pelos descontos nos salários do funcionalismo público.

Desde o fim da greve anterior, em meados de março, representantes do governo, do Ministério Público e dos servidores se reuniram quatro vezes para debater o destino da ParanaPrevidência: em 17 e 19 de março e em 8 e 22 de abril. Segundo sindicalistas, o governo foi inflexível.

“É uma questão que envolve muito cálculo e análise profunda para se chegar à melhor opção técnica. Não aceitamos a proposta do governo e precisávamos de mais tempo para discussão. Na última reunião, o debate foi encerrado sem acordo”, diz Elaine Rodella, representante do Sindaúde e do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Estaduais (FES). “Há uma grande discordância na proposta. Não houve debate. Caso seja resolvido na pressa, nos próximos anos os rumos da previdência terão de

ser debatidos novamente, pois os recursos poderão faltar”, frisa Marlei Fernandes de Carvalho, presidente da APP-Sindicato, que representa os professores.

DIVERGÊNCIAS

Em nota, o governador Beto Richa (PSDB) afirmou que “houve um amplo debate com a sociedade”. Além disso, segundo o governador, “a proposta foi elogiada como a melhor para o sistema previdenciário do Estado”. Para ele, a greve é um ataque político ao seu governo. Richa afirma que não faltará dinheiro para pagar as aposentadorias e pensões.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Entretanto, segundo lideranças sindicais, a proposta enviada à Assembleia Legislativa pode gerar saldo devedor de R\$ 12 milhões no fundo previdenciário, em dez anos. Além disso, com a movimentação dos recursos, que deverá acontecer caso o projeto seja aprovado hoje, o dinheiro deixará de ficar aplicado e o fundo corre risco de não se recompor.

Por outro lado, o governo alega que vai colocar R\$ 5 bilhões por ano na previdência e garantir o pagamento das aposentadorias e pensões por, pelo menos, 29 anos.

O novo projeto propõe a migração de 33.556 beneficiários (aposentados e pensionistas), com 73 anos ou mais, que hoje recebem pelo fundo financeiro, bancado pelo Tesouro do Estado, para o fundo previdenciário, formado por contribuições do poder público e dos servidores.

Provável novo round

Angieli Maros, Kelli Kanadus e Katna Baran

A votação do projeto da ParanaPrevidência foi adiada para hoje e não há definição de quando os professores retornarão às salas de aula. A Comissão de Constituição e Justiça concedeu vistas para que os deputados analisem as 16 emendas apresentadas na segunda-feira. A sessão está marcada para 14h30. Servidores montaram barracas para dormir na praça Nossa Senhora de Salette, no Centro Cívico.

O segundo dia de protestos contra o projeto de lei que modifica a ParanaPrevidência foi marcado por tumulto e confronto com a polícia, com pelo menos 13 feridos. Por volta de 1h30, policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar chegaram para cumprir a ordem de retirada dos manifestantes da praça. "Eles começaram a usar gás de pimenta e foram retirando o pessoal. Tinha muito policial e eles agiram com muita truculência", relatou o professor Sérgio Rufino. "Não precisava nada disso porque não somos bandidos, só estamos aqui atrás de nossos direitos".

Decisão do juiz substituto Márcio José Tokars - após pedido de habeas corpus do grupo de advogados Direito para Todos - liberou a entrada de dirigentes sindicais e estudantes nas galerias da Assembleia Legislativa, mas o

presidente da Casa, deputado Ademar Traiano (PSDB) entendeu que a decisão só vale para o dia da votação do projeto. Hoje, os servidores pretendem acompanhar a sessão no plenário.

REVIDE

Segundo a PM, os policiais precisam agir porque os manifestantes invadiram a área "congelada" e a equipe teria autorização para retirar os caminhões que estavam estacionados em local proibido. Por isso, foram recolhidos e encaminhados ao pátio do Detran e os proprietários, multados.

Entre 10h30 e 11h, a tentativa de acessar a área isolada pela PM gerou mais dois tumultos. Policiais usaram cassetetes, sprays de pimenta, bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha para tentar dispersar os manifestantes. Cinco pessoas ficaram feridas, entre elas um major da PM.

FILEIRAS

Mais categorias se juntaram a manifestação contra o projeto que altera a ParanaPrevidência. Os servidores estaduais da saúde, do Poder Judiciário do Paraná e os agentes penitenciários.

29 ABR 2015

METRO

Apoto

Servidores da Justiça param atividades

O Sindijus-PR (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná) aprovou uma paralisação de 3 dias desde ontem e convocou todos os servidores a participarem da concentração do funcionalismo público em frente à Assembleia. O sindicato quer a retirada do PL 252/2015 da ParanaPrevidência e vai inclusive reembolsar a viagem dos servidores que vierem do interior. "Chegou a nossa vez de mostrar que estamos todos do mesmo lado", disse a secretária-geral do Sindijus-PR, Daíeniffer Cherini Lopes.

STF põe 9 executivos em prisão domiciliar

Lava Jato. 2ª Turma descarta risco de crimes continuarem e dá habeas corpus a Ricardo Pessoa, acusado chefiar cartel de obras na Petrobras. Decisão é estendida a outros investigados

A 2ª Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem mandar para casa nove executivos presos desde 14 de novembro do ano passado durante a operação Lava Jato.

Por 3 votos a 2, os ministros concederam habeas corpus ao dono da construtora UTC, Ricardo Pessoa, acusado de chefiar o 'cartel' formado pela empresas para pagamento de propina e a decisão foi estendida para outros oito acusados.

Relator do caso, o ministro Teori Zavascki, entendeu que a prisão preventiva não pode ser uma antecipação da pena, que, em liberdade, a coleta de provas já foi concluída, que os investigados não demonstram risco de voltar a cometer crimes e que mantê-los presos seria uma medida apenas para forçar a delação premiada. "Seria uma medida medievalista que cobriria de vergonha nossa sociedade", avaliou.

Regras

Os executivos ficarão à disposição da Justiça em prisão domiciliar e, se houver disponibilidade, deverão usar tornozeleira eletrônica.

Enquanto durar a sanção, eles deverão ficar em casa entre 21h e 5h e integralmente durante fins de semana e feriado. Os acusados deverão entregar os passaportes e para viajar, deverão ter autorização de um juiz. Deverão ainda ficar afastados das empresas investigadas na Lava Jato.

Quem é quem

Veja os investigados que deixarão a carceragem e irão para prisão:

- **Ricardo Pessoa.**
Dono da construtora UTC.
- **Agenor Franklin.**
Diretor da área internacional da OAS.
- **Gerson Almada.**
Vice-Presidente da Engevix.
- **Erton Medeiros.**
Diretor de Engenharia da Galvão Engenharia.
- **João Ricardo Auler.**
Presidente do Conselho da Camargo Correa.
- **José Pinheiro Filho.**
Presidente da OAS.
- **José Ricardo Breguirolli.**
Funcionário da Construtora OAS.
- **Matheus Coutinho.**
Funcionário da Construtora OAS.
- **Sergio Mendes.**
Diretor Vice-Presidente Executivo da Mendes Júnior.



MARCELO FREITAS
METRO BRASÍLIA

29 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Confronto entre policiais e servidores antecede votação da reforma na previdência

O clima de tensão e a repressão contra manifestantes tomaram conta do Centro Cívico na véspera da votação do projeto que muda a Paranaprevidência. O saldo do conflito ocorrido na madrugada e na manhã de ontem foi de ao menos 13 feridos. Muitos servidores montaram acampamento na Praça Nossa Senhora da Salete para acompanhar a sessão de hoje da Assembleia Legislativa. O sindicato dos professores (APP-Sindicato) pretende reunir 20 mil pessoas no local. A Justiça determinou que cerca de 400 pessoas possam ocupar as galerias da Assembleia para acompanhar os votos dos deputados. A oposição ao governo do estado teme novos confrontos e violência.

29 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Após confrontos entre PM e servidores, tensão toma conta do Centro Cívico

Votação do projeto da previdência será hoje, após embate entre o funcionalismo e policiais militares

Katna Baran, Angieli Maros e Kelli Kadanus

Tensão. Esse é o sentimento da maior parte dos manifestantes que está mobilizada há dois dias em torno do prédio da Assembleia Legislativa, no Centro Cívico, na tentativa de impedir a aprovação do projeto de lei de reforma da Parana-previdência. Muitos montaram acampamento na Praça Nossa Senhora da Salete para acompanhar, nesta quarta-feira (29), a votação final da proposta. E tantos outros servidores devem chegar do interior do estado. O clima ficou mais tenso após uma madrugada e uma manhã em que servidores e policiais entraram em confronto, deixando um saldo de ao menos 13 pessoas feridas.

A expectativa, segundo o sindicato dos professores (APP-Sindicato), é reunir ao menos 20 mil pessoas nesta quarta no Centro Cívico. Nesta terça-feira (28), cerca de 7 mil pessoas permaneceram na praça — 2 mil a mais que no primeiro dia de protestos.

Os embates

O primeiro confronto entre manifestantes e PMs ocorreu por volta da 1h30 da madrugada, quando policiais do Batalhão de Choque chegaram para cumprir a ordem de retirada dos manifestantes da praça. Na versão dos professores que acampavam no espaço, a confusão começou no momento em que eles sentaram em frente dos três caminhões de som contratados pela APP-Sindicato, representante da classe, para impedir a retirada dos veículos.

A tentativa de acessar a área isolada pela PM gerou mais dois tumultos durante a manhã. Os manifestantes tentaram recolocar o caminhão de som na praça, mas acabaram dispersados pelos policiais, que usaram cassetetes, sprays de pimenta, bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha.

Indignação

“O sentimento é de muita indignação. Não vamos admitir que esse projeto seja aprovado. Não vamos recuar”, desabafou a professora Cledir Moraes, que viajou mais de 500 km com outros 43 servidores de Foz do Iguaçu para acompanhar a votação em Curitiba. Ao lado da professora, 12 servidores do município de Planalto, Sudoeste do estado, montavam

acampamento. “Para amanhã [quarta-feira], a expectativa é de mais confronto”, apontou um deles.

Na Assembleia, onde na terça não ocorreram votações sobre o projeto da Parana-previdência, os deputados da oposição também demonstraram preocupação sobre possíveis confrontos durante esta quarta-feira. “O governador está sendo irresponsável e imaturo, ele perdeu o juízo, acha que está em uma arena de gladiadores ou lidando com uma rebelião de penitenciária”, declarou Tadeu Veneri (PT), líder da oposição.

Um habeas corpus determinou que cerca de 400 pessoas possam ocupar as galerias da Assembleia para acompanhar a sessão de hoje. De acordo com a diretora da APP-Sindicato Marlei Fernandes, os líderes sindicais vão se organizar para que representantes de todo o funcionalismo público entrem no prédio. A Assembleia, porém, tenta revogar a liminar.

CONTINUA

BLOQUEIOS

Veja como está o trânsito na região do Centro Cívico com as manifestações na região.

MUDANÇAS NOS ÔNIBUS

Ligeirinhos

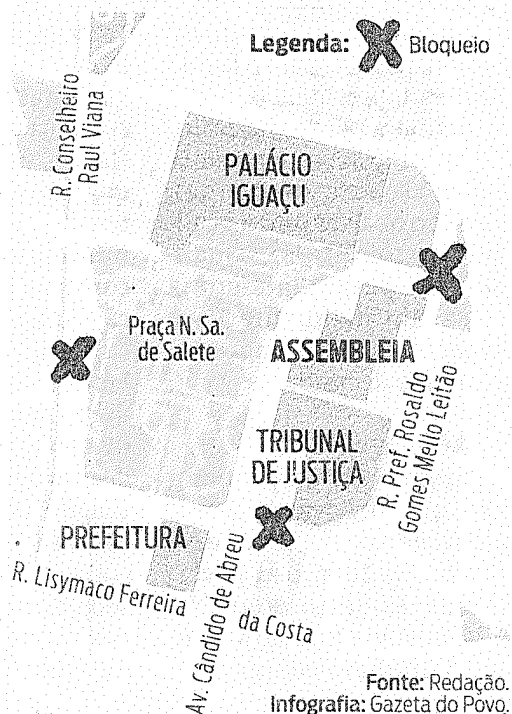
Os ligeirinhos Inter 2, Fazendinha Tamandaré, Boqueirão-Centro Cívico e Aeroporto não estão parando na estação-tubo Centro Cívico, em frente do prédio do Tribunal de Justiça.

Convencionais

Os ônibus das linhas Ahú-Los Angeles e Marechal Hermes-Santa Efigênia no sentido bairro-centro não estão parando no ponto em frente da rotatória da prefeitura. Estão entrando pela Avenida Cândido de Abreu via Rua Lisymaco Ferreira da Costa.

Interbairros

A linha de ônibus Interbairros I, que em dias normais para nas imediações do Palácio Iguçu, não está parando na Praça Nossa Senhora de Salete.



Legenda: X Bloqueio

Fonte: Redação.
Infografia: Gazeta do Povo.

O SUMIÇO DA CHAVE

A oposição ao governo do estado acusou nesta terça-feira (28) PMs de sumirem com a chave de um caminhão de som da APP-Sindicato que está estacionado no Centro Cívico. "O que aconteceria se alguém tirasse a chave do caminhão do [Batalhão] Choque? Seria

preso imediatamente", disse o líder da oposição, Tadeu Veneri (PT). Até o início da noite desta terça-feira (28), a chave ainda não havia sido devolvida.

Richa diz que apenas cumpre ordem judicial

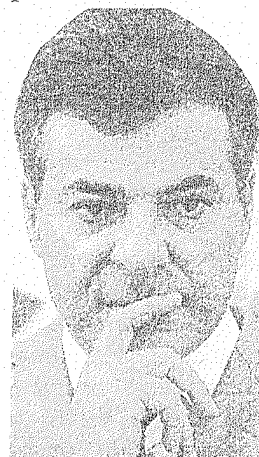
Ao comentar pela primeira vez o cerco à Assembleia, o governador Beto Richa (PSDB) disse que está apenas cumprindo uma decisão do Judiciário, que determinou ao Executivo garantir "a segurança para o pleno e democrático funcionamento" da Casa. Em entrevista à RPC TV, o tucano evitou comentar os confrontos já ocorridos entre policiais e servidores e disse que a estratégia da ação cabe ao comando da PM e à Secretaria de Segurança Pública.

Questionado se a mudança na Paranaprevidência é a única saída para resolver os problemas de caixa do estado, Richa respondeu negativamente e disse que o governo já fez um conjunto de medidas de ajuste fiscal. Afirmou ainda que a alteração vai garantir equilíbrio ao sistema previdenciário. Ele defendeu também que a proposta foi debatida durante dois meses com o Ministério Público, especialistas independentes e representantes dos servidores.

"Essa é a proposta mais importante neste momento e a melhor que surgiu até então", declarou. "O que vocês estão vendo por aí é uma irresponsabilidade de adversários políticos, uma maldade do sindicato dos professores, de que estamos causando prejuízo e insegurança para as aposentadorias. Isso não existe mais,

está garantido." O tucano disse que coloca seu capital político em jogo como garantia de que o pagamento de aposentados e pensionistas jamais estará em risco.

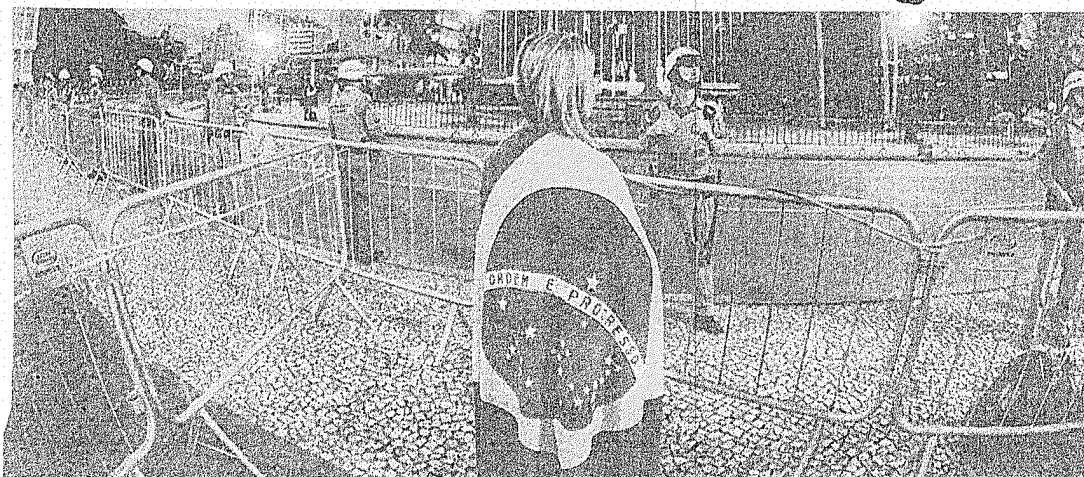
Aos professores em greve, o governador pediu que mantenham a calma e que não se deixem levar por "propostas maldosas e equivocadas" e pela "desinformação". "Peço aos professores que voltem para a sala de aula. Se não, o salário será descontado e isso vai afetar a ascensão no plano de carreira."



"Peço aos professores que voltem para a sala de aula. Se não, o salário será descontado e isso vai afetar a ascensão no plano de carreira."

Beto Richa (PSDB), governador.

Professores vão recorrer de decisão do TJ



Policiais mantiveram o isolamento da Assembleia Legislativa depois de confronto com professores.

Sindicato discorda de decisão da Justiça que determina o retorno imediato às salas de aula e pagamento de multa

Amanda Audi, Diego Antonelli e Felipe Vanini, especial para a Gazeta do Povo

A APP-Sindicato, entidade que representa os professores da rede estadual do Paraná, afirmou que vai recorrer da decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) que determina a volta dos profissionais às salas de aula. Em caso de não cumprimento, a liminar do desembargador Luiz Mateus de Lima prevê o pagamento de multa diária no valor de R\$ 40 mil, o dobro do que tinha sido estipulado na primeira fase da greve, em março. Para os professores, a média de adesão à greve na terça-feira (28) foi de 90%. O governo estadual,

no entanto, estima que 60% dos professores tenham ficado de braços cruzados.

De acordo com Marlei Fernandes, diretora da APP-Sindicato, a decisão da Justiça é arbitrária. “Nossa área jurídica vai recorrer assim que recebermos formalmente a notificação”, disse. A medida prevê que o presidente do sindicato, Hermes Silva Leão, comunique a decisão aos filiados — em até 5 dias —, sob pena de uma multa diária de R\$ 500. Também proíbe os grevistas de impedir o acesso de outros servidores a prédios públicos, indicando que está autorizado o uso de força nesses casos.

O governo do Paraná anunciou que vai descontar os dias parados do salário dos professores que estiverem em greve. Segundo a Secretaria de Estado da Educação (Seed), os núcleos regionais de educação estão orientados a repassar ao governo a relação completa dos profissionais que aderiram à paralisação.

“Essa greve ainda não foi julgada pela Justiça e o fato de ter sido anunciado que os dias seriam descontados mostra o autoritarismo do governador Beto Richa”, disse Marlei Fernandes.

Rotina de estudo

A primeira fase da greve dos servidores durou 29 dias e, desde a segunda-feira (27), o total de dias letivos perdidos voltou a aumentar. Para Liliamar Hoça, professora do curso de Pedagogia da Universidade Positivo, os alunos devem manter a rotina de estudos para não saírem penalizados. “A paralisação não é um novo período de férias, nem um recesso. É preciso aproveitar as novas tecnologias para continuar estudando”, orientou.

CONTINUA

29 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

De acordo com Liliamar, uma boa maneira de fazer isso é acessando sites confiáveis e criando grupos em redes sociais para a promoção de troca de ideias sobre os conteúdos escolares. Os professores devem ficar atentos ao ritmo das aulas para não prejudicar o aprendizado dos alunos.

Outro ponto essencial é o foco nas reposições de aulas. O professor de pedagogia da PUCPR Reginaldo Rodrigues Costa afirma que muitas vezes elas são vistas como menos importantes que as aulas normais. "As famílias devem participar desse processo e estimular os estudantes a comparecer", afirmou.

MOBIUZAÇÃO

Servidores da saúde e agentes penitenciários cruzam os braços

Os servidores estaduais da saúde aprovaram em assembleia na terça-feira (28) a retomada da greve. Em fevereiro, a categoria já tinha paralisado as atividades por dois dias. A votação do novo projeto que altera a Parana Previdência foi o estopim. Nem o fato de o governo estadual autorizar o pagamento das progressões e promoções na carreira de 2.451 servidores da saúde na terça-feira (28) alterou a paralisação, que continua por tempo indeterminado. "Richa precisa de uma resposta à altura pela crise financeira [do estado] e pela militarização do Centro Cívico. São violências contra o servidor e cidadãos em geral", afirma a diretora do Sindicato dos Servidores da Saúde do Paraná (SindSaúde), Elaine Rodella. Segundo ela, o atendimento mínimo de 30% do público, que está estipulado em lei, será cumprido.

Outras categorias

O Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen) está com as atividades paralisadas desde segunda-feira e o movimento deve continuar até quinta. Neste mesmo período, haverá uma paralisação do Sindicato dos Servidores do Judiciário do estado. Nos dois casos, a razão é a Parana Previdência.

Travo amargo

A postura dos manifestantes em frente à Assembleia Legislativa pode não agradar a todos. Há quem ache que os professores estão sendo radicais, que estão sendo teleguiados por partidos e que se excederam já da outra vez, quando tomaram o plenário e impediram a votação dos projetos do “ajuste fiscal” do governo Richa. No entanto, é fácil perceber que a maioria dos comentários na internet e nos jornais defende os manifestantes — e acusa o governo. Não é difícil entender o porquê.

Primeiro, há a postura “de guerra” adotada pelo governo. Pegou muito mal convocar mais de mil policiais para impedir que a população se aproxime dos deputados. Pegou igualmente mal o pedido da Assembleia, feito ao Judiciário, para que se votassem as propostas sem ninguém nas galerias. Somando esses fatos com a imagem grotesca dos deputados andando de camburão em fevereiro, cria-se no imaginário popular a ideia de que os deputados estão fazendo algo tão errado que precisam de um milhão de leões-de-chácara para garantir sua segurança. Não fosse por isso, o povo iria se vingar. Mas se vingar de quê?

Aí vem o segundo ponto: o teor do projeto. Lógico que é melhor do que a versão apresentada pelo governo em fevereiro. Mas a comparação é injusta. Qual projeto não seria melhor do que aquele? Na época, Richa tentava convencer a população a aceitar o seguinte trato: o governo punha a mão em R\$ 8 bilhões que os funcionários vinham economizando para o futuro e usava para pagar aposentadorias atuais. Dilapidava a poupança em três anos e usava o dinheiro do Tesouro para investimentos. Não rolou.

A versão nova é menos agressiva. Mas, mesmo assim, convenhamos, passa longe do ideal. A pretensão do governo é transferir para o Fundo Previdenciário (a tal poupança) 33 mil funcionários que nunca contribuíram para esse fundo. Ou seja: ao fim e ao cabo, trata-se do mesmo objetivo.

Tira-se gente do pagamento do Tesouro, usa-se o dinheiro acumulado para pagar as aposentadorias e, com isso — abracadabra — a atual gestão, mesmo tendo gastado o que não tinha direito de gastar, fica com crédito na praça.

Há um travo amargo no projeto. Não só por se gastar o que foi sendo construído ao longo do tempo e que deveria, se todos tivessem feito sua parte, significar no futuro uma autossuficiência do sistema de aposentadorias. Caso os governos tivessem depositado sua parte e, principalmente, caso não estivessem dispostos a pôr a mão no que não deviam, em mais cinco mandatos o governo estaria livre de gastar um tostão com inativos. Tudo viria do que eles mesmos deram como contribuição — e da simples contrapartida dada pelo governo ao longo do tempo.

Mais do que isso: o que o governo está dizendo à sociedade, em última instância, é que o Paraná é inviável. Não se consegue nem mesmo pagar as contas mensais sem apelar para um fundo que devia ser destinado para o futuro. Ou seja: sem isso, vive-se no vermelho, “contando centavos”, como diz o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa. Some-se isso às denúncias de corrupção recentes na Receita e surge um quadro triste, em que nosso dinheiro vai sumindo sem dar conta nem de manter o estado funcionando.

29 ABR 2015

GAZETA DO POVO

» SUPREMO

Planalto vai ao Senado pedir apoio a Fachin

¶ Em meio ao desgaste com seus próprios aliados no Senado, o Palácio do Planalto tem intensificado o contato com senadores para defender a indicação do professor de Direito Luiz Edson Fachin para ocupar uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O jurista do Paraná será sabatinado na próxima semana pelos senadores na Comissão de Constituição e Justiça, principal colegiado da Casa. Se aprovado, seu nome ainda terá de passar por votação secreta no plenário.

O governo teme que o clima político contamine a discussão sobre a escolha do advogado pela presidente Dilma Rousseff para o Supremo. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e aliados já colocaram em dúvida a aprovação do nome do jurista. Dilma teria escalado o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo para fazer a articulação a favor de Fachin.

Nesta terça-feira (28), após evento no Superior Tribunal de Justiça (STJ), Cardozo negou que exista uma preocupação com uma eventual retaliação de aliados na votação de Fachin, mas reconheceu o empenho para garantir a aprovação do nome. O ministro não deu detalhes sobre os contatos com políticos nem respondeu se já conversou com Renan sobre o caso, mas disse que o Senado terá autonomia para decidir.

“Nós temos dialogado com vários senadores para prestaros esclarecimentos e as informações necessárias. E para transmitir a percepção de que vários juristas e ministros do Supremo aplaudem a indicação de Fachin. Isso está sendo transmitido aos senadores que, evidentemente, decidirão com autonomia a partir das informações que estarão colocadas à disposição”, disse. Para Cardozo, não há episódios que coloquem a indicação de Fachin em risco. “O professor Fachin tem conduta ilibada e irretocável. Não tem nenhum fato que pudesse dizer que ele tenha praticado conduta indevida”, disse.

29 ABR 2015

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

STJ obriga Banco do Brasil a imprimir contratos em braille

■ O Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou o Banco do Brasil a imprimir contratos e extratos bancários em braille a clientes com deficiência visual. A decisão do ministro Marco Aurélio Bellizze obriga que o banco coloque a determinação em prática no prazo de 60 dias. Caso não passe a emitir documentos em braille, a instituição deverá pagar multa diária de R\$ 1.000. O BB pode recorrer da decisão. No processo, o banco informou que falta respaldo legal para a adoção da medida, rejeitou a alegação da defesa de que há danos morais a vários deficientes visuais e informou ainda que se fere o princípio da isonomia, ou seja, a instituição não poderia ser a única a imprimir documentos em braille. O processo foi movido pela Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (Afac) começou em 2007 no Tribunal de Justiça do Rio. "A ausência de documentos em braille fere a intimidade, privacidade e honra, assim como o sigilo bancário dos clientes, obrigados a recorrer a terceiros para ter acesso às informações", disse a advogada Gabriela Nunes, da Afac.

29 ABR 2015

GAZETA DO POVO

STF manda tirar da cadeia 9 empreiteiros da Lava Jato

Ricardo Pessoa, acusado de ser o líder do cartel de construtoras, e outros oito suspeitos devem ir para o regime de prisão domiciliar

| Amanda Audi, com agências

A 2.ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por maioria revogar a prisão preventiva de Ricardo Pessoa, dono da construtora UTC e apontado como líder do cartel de empreiteiras que atuava para fraudar licitações da Petrobras. Em seguida a medida foi estendida a outros oito empresários que estavam presos no Paraná desde novembro pela Operação Lava Jato. Três dos cinco ministros da 2.ª Turma entenderam que a prisão deve ser substituída por outras medidas, como recolhimento domiciliar e uso de tornozeleira eletrônica.

Os empresários devem deixar o Complexo Médico Penal (CMP), em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, nesta quarta-feira (29). Eles passarão pela Justiça Federal para colocar as tornozeleiras eletrônicas.

Além de Pessoa, também passarão para a prisão domiciliar os executivos Agenor Franklin Magalhães Medeiros (OAS); José Ricardo Nogueira Breghirolli (OAS); Sérgio Mendes (Camargo Corrêa); Gerson Almada (Engenix); Erton Medeiros (Galvão Engenharia); João Auler (Camargo Corrêa); José Aldemário Pinheiro Filho (OAS); e Mateus Coutinho de Sá Oliveira (OAS).

Entre os 205 habeas corpus impetrados por advogados da Lava Jato desde o início da operação, apenas 11 foram acatados. Foram nove nesta terça-feira (28) e outros dois no ano passado, quando foram liberados os ex-diretores da Petrobras Paulo Roberto Costa e Renato Duque.

O relator da Lava Jato no STF, ministro Teori Zavascki, argumentou que os fundamentos sustentados pelo juiz da 13.ª Vara Federal de Curitiba, Sergio Moro, não existem mais atualmente, cinco meses após o decreto da prisão preventiva.

“A prisão preventiva não é o momento de formular juízos condenatórios. É a sentença final, e não a decisão da preventiva, o momento adequado para, se for o caso, aplicar as penas correspondentes”, disse Teori, ao fundamentar seu voto. Gilmar Mendes e Dias Toffoli segui-

ram o entendimento de Zavascki. Já os ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia divergiram da decisão.

Entre os argumentos para liberar Pessoa, Zavascki sustentou que não houve indicação concreta de risco de fuga, que não há que se falar em ameaça a testemunhas já que a instrução do processo já foi “praticamente concluída” e que não se justifica a prisão preventiva com base apenas nos indícios de que o executivo praticou crimes graves. Além de ter lembrado que o executivo está afastado da direção da empresa e que a empreiteira está proibida de contratar com a Petrobras.

Além do uso de tornozeleira e do dever de permanecer em casa, o executivo fica proibido de manter contato com outros investigados, deve entregar o passaporte em 48 horas, fica afastado da direção de empresas envolvidas nas investigações e deve comparecer quinzenalmente em juízo e também a todos os atos do processo.

PENDOR AUTORITÁRIO

O advogado do empreiteiro Ricardo Pessoa, Alberto Toron, fez longa sustentação na 2ª Turma do STF e disse que o juiz Sergio Moro, responsável pela Lava Jato, tem “pendor autoritário” e disse que, se a empresa não pode mais celebrar contratos com a Petrobras, “não há como se pensar na continuidade” do delito.

29 ABR 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Quadrilha é condenada por desviar R\$ 300 mi entre Brasil e Paraguai

A Justiça Federal anunciou a condenação de 22 integrantes de uma quadrilha que teria movimentado ilegalmente R\$ 300 milhões entre o Brasil e o Paraguai. De acordo com a denúncia, a organização criminosa atuava na região de Foz do Iguaçu, no Oeste, desde 2010 e utilizava empresas de fachada para lavagem de dinheiro e remessas ilegais de dinheiro ao país vizinho. Na sentença, a Justiça entendeu como procedentes os fatos denunciados pelo Ministério Público Federal em junho do ano passado sobre o esquema criminoso que foi desmantelado durante a Operação Sustenido, deflagrada em maio. Segundo o delegado-chefe da Polícia Federal, Guilherme Ricardo Cubas, duas empresas do gênero alimentício de Foz faziam parte ativa do esquema. "São empresas que exportam alimentos para o Paraguai de forma clandestina, fora do sistema oficial", explicou.

Paranaprevidência 1

A postura do governo do Paraná em disponibilizar parte da segurança pública à Assembleia Legislativa é correta (*Gazeta*, 28/4). O fato de que um grupo de pessoas discordam de um projeto de lei não dá o direito de impedir o funcionamento de um dos poderes do estado. Quem deve decidir pela aprovação do projeto são os deputados, e não um grupo restrito de pessoas. Outro aspecto importante a se destacar é que os sindicatos participaram da construção do projeto da previdência, mas agora estão se furtando ao compromisso que firmaram.

Tangrian Regina Coelho Zaninelli

Paranaprevidência 2

Todo mês é descontado do contracheque do servidor um valor para manter a previdência. Daqui a poucos anos não haverá dinheiro de reserva na previdência; e o governo do Paraná vai tirar dinheiro de onde para manter as benesses existentes no estado? Essas não contemplam os professores, por exemplo, apenas os privilegiados da sociedade – aqueles que já têm bastante e querem ainda mais. Não houve um debate com os representantes dos educadores e servidores, e é daí que se dá o descrédito do projeto perante a opinião pública. Se fosse bom, o governo e seus aliados políticos não estariam precipitados.

Flavio da Silva Pereira

29 ABR 2015

Destaque

BEMPARANÁ

Carta de apoio ao jurista Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal

A Academia Brasileira de Direito Constitucional, por seus Membros Catedráticos, Fundadores e Diretoria abaixo assinados, recebeu com alegria a indicação de Luiz Edson Fachin ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, ocorrida no dia 14 de abril do presente ano.

O Jurista Luiz Edson Fachin cumpre plenamente os requisitos constitucionais de notório saber jurídico e moral ilibada, reconhecido como um Democrata de espírito Republicano e comprometido com o Estado Direito e com a Família como estrutura fundamental da sociedade.

Nas palavras do próprio jurista, em conferência ministrada no ano de 2014, está a síntese de sua essência: *"Não sou integrante da política. Sou somente um professor que há três décadas se pauta pela vocação do diálogo comprometido com o seu*

tempo; apenas um advogado movido pela paixão pelo Direito naquilo que se fundamenta na liberdade e na responsabilidade; tão só um membro da comunidade acadêmica que, sob o sereno da vida forense, julga essencial o esmero da técnica jurídica esmerada. Que trabalha na construção de um País e que não compactua com o arbítrio, com a falta de liberdade, com a censura, com a deslealdade ou com a corrupção."

Seu notório saber jurídico é reconhecido nacional e internacionalmente, condecorado com o Título de Membro Catedrático da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Professor Titular da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Por sua vez, seu prestígio internacional é comprovado por suas participação em atividades de pesquisa, congressos, publicações e aulas em diversos países como Canadá (UniversitèLa-

val), Inglaterra (Kings College), Alemanha (Max Planck de Hamburg) e em Portugal (Universidade de Coimbra).

Como cidadão preocupado com o Brasil e a cidadania, mantendo perene postura íntegra, republicana, participou ativamente de debates da nação e manifestou-se sobre os problemas brasileiros, sendo sua trajetória marcada pela busca por liberdade e democracia constitucional. Esta Carta de Apoio, endereçada aos Senadores brasileiros, é remetida com a certeza de que, caso aprovada e confirmada à indicação realizada pela Presidência da República, o Jurista Luiz Edson Fachin engrandecerá o Excelso Supremo Tribunal Federal, exercendo a jurisdição com precisão técnica e absoluta independência.

Brasil, 25 de Abril de 2015.

FLÁVIO PANSIERI
Fundador da ABDConst

MARCO AURÉLIO MARRAFON
Presidente Executivo

ILTON NORBERTO ROBL
Diretor de Pesquisa

Membros Catedráticos:

JOSÉ AFONSO DA SILVA
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
PAULO BONAVIDES
LENIO STRECK
PAULO DE BARROS DE CARVALHO

RENÉ ARIEL DOTTI
ALDACY RACHID COUTINHO
MARÇAL JUSTEN FILHO
DALMO DE ABREU DALLARI
LUIZ ROBERTO BARROSO

LUIZ ALBERTO DAVID ARAÚJO
JACINTO NELSON DE MIRANDA
CARLOS MARIO DA SILVA VELOSO
CLÉMERSON MERLIN CLÉVE
SEPULVEDA PERTENCE

29 ABR 2015

BEMPARANÁ

A conduta e o Direito Penal

STJ aprecia caso de venda de sentenças

* Jônatas Pirkiel

Desembargadores e assessores do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins passam a responder perante a Justiça pelo crime de corrupção, concussão, peculato e associação criminosa, que envolve também advogados do Estado de Tocantins, em razão de denúncia recebida pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça na Ação Penal 690, no último dia 15 de abril, em que é relator o Ministro João Otávio de Noronha.

Em 2007 o inquérito que revelou a possível negociação de decisões judiciais por desembargadores chegou ao STJ. Segundo a denúncia, um grupo era responsável pela compra de duas decisões judiciais, em dois agravos de instrumento, outro organizado para a venda de decisões em habeas corpus e em mandado de segurança para acelerar recebimento de precatório, envolvendo desembargadores daquele tribunal.

Havia também que realizava "acordos suspeitos" com a participação de procuradores do Estado do Tocantins. E um outro caso em que havia um credor do Estado de Tocantins da quantia de R\$ 1,5 milhão, onde o recurso especial contra tal decisão não foi admitido pelo Tribunal sem que houvesse agravo por parte do Estado. Além de um outro credor, por danos morais contra o Estado, cuja condenação foi fixada inicialmente em R\$ 3 milhões, reduzida pelo STJ para R\$ 50 mil (REsp 521.434) e a Procuradoria fez acordo no valor de R\$ 310 mil.

A ação penal foi proposta contra desembargadores por corrupção passiva qualificada, concussão, peculato e associação criminosa. Também o procurador do Estado do Tocantins e os advogados por concussão, associação criminosa e corrupção passiva qualificada. Ainda contra três assessores por corrupção passiva qualificada e associação criminosa.

Lamentavelmente, estas condutas que, via de regra fazem parte do submundo do crime, também é praticada por pessoas que tem a nobre tarefa de julgar, e julgar no nível mais elevado da magistratura. E a pena que estas pessoas, até o presente momento recebem, por força das disposições constitucionais, quando condenadas (premiadas) é a aposentadoria compulsória com proventos integrais ou, quase nunca, proporcionais...

*O autor é advogado criminalista
(jônataspirkiel@terra.com.br)

29 ABR 2015

BEM PARANÁ

União instável

Em resposta a uma consulta formulada pelo Instituto de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná (IRPEN), a Corregedoria da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Paraná, afirma que é obrigatória a presença de advogado na escritura de dissolução de união estável.

Encontro

A Comissão de Direito Empresarial da OAB-PR promove em Curitiba no dia 06 de maio, às 18h00, reunião aberta: "Uma abordagem de temas atuais.". O evento contará com a presença dos advogados Alfredo de Assis Gonçalves Neto e Edgard Katzwinkel Junior. Inscrições gratuitas. Informações www.oabpr.com.br

Improbidade

Devolver valores desviados dos cofres públicos não afasta o ato de improbidade administrativa. O entendimento é da 2ª Turma do STJ.

Negócios sociais

Acontece em Curitiba, no próximo dia 03 de maio, "Congresso Internacional de Negócios Sociais e Empreendedorismo" realizado pela UFPR e patrocinado pelo escritório Marins Bertoldi Advogados Associados e o Instituto Legado. Participa do evento o vencedor do Prêmio Nobel da Paz 2006, Muhammad Yunus. Inscrições gratuitas. www.negociossociais.com.br

Advogados

O advogado curitibano Guilherme Kloss Neto é o novo presidente da Seccional do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados no Paraná, por um mandato de três anos. A entidade é constituída por mais de mil sociedades de advogados do país.

EM ALTA

O relatório Justiça em Números, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça anualmente desde 2004, passou por reformulação e divulgará o tempo médio de **TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS**, entre outras novidades. Os novos indicadores passarão a ser publicados em 2016, com base nos dados de 2015.



29 ABR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Uma briga sem fim

O Paraná testemunhou ontem estarecido mais um confronto entre polícia e funcionários públicos. O governo alega que precisa mudar o atual sistema de previdência do funcionalismo para torná-lo mais eficiente e equilibrar as finanças do estado. Na outra ponta, os servidores, liderados pelos professores, argumentam que as medidas vão quebrar a previdência estadual e coloca em risco as futuras aposentadorias.

Na raiz do problema está a aposentadoria dos funcionários públicos. O assunto virou tabu e nenhuma entidade pública ousa questionar o equilíbrio das aposentadorias do setor público, que são bem mais generosas do que no setor privado.

Uma pessoa que trabalha no setor privado consegue chegar no teto de R\$ 4 mil, se contribuir pelo teto da previdência nos últimos anos de carreira e se aposentar com a idade exata e com um mínimo de 35 anos de contribuição. No setor público, o servidor se aposenta com a sua remuneração máxima, mesmo que tenha contribuído sobre este valor por poucos meses. ■

29 ABR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Diminuir maioria penal não é panaceia, diz Lewandowski

O excessivo número de presos no Brasil voltou a ser alvo de críticas do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, durante palestra de abertura da VI Conferência Internacional de Direitos Humanos da OAB.

“Temos hoje em todo o mundo o menosprezo à vida, a trivialização da tortura, da violência, da pena de morte, uma cultura de encarceramento que pretende exacerbar as penas. Também se quer diminuir a maioria penal como se isso fosse a panaceia para a solução da violência social”, declarou Lewandowski.

O ministro apontou que o Brasil tem a segunda maior população carcerária, em termos relativos,

do mundo. “Temos cerca de 600 mil presos, dos quais 40%, ou 240 mil, são provisórios, contrariando o princípio fundamental da Constituição Federal que é a presunção de inocência. É uma chaga que o STF, o CNJ e a OAB estão empenhados em apagar definitivamente de nossa sociedade.”

O presidente do STF mostrou preocupação ainda com ameaças à liberdade de expressão, à intimidade e à privacidade das pessoas, direitos duramente conquistados e inscritos com especial destaque na Constituição Federal.

“Causa enorme preocupação também a precarização das relações do trabalho. Isso se deve ao processo de globalização desenfreado, sem limites, em que o

Estado nacional deixa de decidir o que vai produzir, para quem vai produzir, quando vai produzir e onde vai produzir. As principais decisões econômicas, nesse mundo globalizado, são tomadas fora das fronteiras do estado nacional.”

ENCONTRO

A VI Conferência Internacional de Direitos Humanos da OAB começou na última segunda-feira (27/4), em Belém, e segue até quinta-feira (30/4). Mais de 5 mil pessoas participaram da cerimônia de abertura.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, também criticou a proposta de redução da maioria penal.